

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas, Colaboradores e Parceiros: Em 2025, a Companhia manteve estabilidade operacional, com receita líquida de R\$ 581,6 milhões (+1,3%) e lucro líquido de R\$ 9 milhões, reforçando a consistência do modelo de negócios. Destaca-se o crescimento de 20,7% no resultado operacional, o fortalecimento da estrutura de capital, com capital social de R\$ 100 milhões, e a evolução do caixa. Os investimentos concentraram-se na ampliação da capacidade logística, com expansão do ativo imobilizado e da sede em Vera Cruz/RS, além da modernização da frota, assegurando conformidade regulatória e eficiência operacional. A Companhia também avançou em práticas de sustentabilidade, governança e impacto social, com iniciativas ESG, logística reversa e apoio a projetos sociais. Para 2026, a estratégia contempla a expansão geográfica, avanços em inovação tecnológica e o fortalecimento das iniciativas de sustentabilidade. A Administração agradece aos colaboradores, acionistas e parceiros pelo apoio contínuo.

Vera Cruz/RS, 29 de abril de 2026. Presidente do Conselho de Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (em R\$ 1)			
ATIVO	Notas	2025	2024
CIRCULANTE		217.152.236	208.225.253
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	14.094.497	5.248.792
Clientes	5	79.281.811	86.439.809
Estoques	6	89.724.766	88.956.126
Impostos a Recuperar	7	19.526.975	16.839.716
Adiantamentos a Receber	8	14.038.999	10.128.812
Despesas Antecipadas		485.188	611.998
NÃO CIRCULANTE		67.076.788	83.002.796
Realizável a Longo Prazo		27.500.418	50.600.418
Títulos Públicos - Precatórios	9	702.921	702.921
Clientes Não Circulante		1.609.162	-
Depósitos Judiciais	10	25.188.654	49.897.497
Investimentos	3.11	6.219.669	28.964
Imobilizado	11	32.849.004	31.838.263
Intangível	12	507.378	535.151
TOTAL DO ATIVO		284.229.024	291.228.049

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (em R\$ 1)			
	Notas	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA		581.634.920	573.682.478
Custos de Vendas e Serviços	20	(507.634.433)	(512.563.391)
LUCRO BRUTO		74.000.487	61.119.087
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(52.078.268)	(42.962.899)
Despesas com Pessoal	21	(21.157.683)	(19.369.375)
Despesas Administrativas	22	(30.047.817)	(29.592.457)
Despesas Tributárias		(756.579)	(649.645)
Despesas Indevidas		(441.502)	(46.770)
Outras Despesas Operacionais	23	(7.555.856)	(1.123.811)
Outras Receitas Operacionais	24	7.881.269	7.819.159
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS		21.922.219	18.156.188
Receitas Financeiras	25	2.383.046	2.105.259
Despesas Financeiras	25	(11.285.915)	(9.817.139)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		13.019.350	10.444.308
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		(4.052.683)	(2.925.926)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		8.966.667	7.518.382
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.966.667	7.518.382

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (em R\$ 1)			
	2025	2024	
Fluxo de Caixa das atividades Operacionais	8.966.667	7.518.382	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			
Ajustes p/conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	3.113.744	3.990.353	
Variação do Imobilizado	96.349	619.438	
Devedores Duvidosos	4.966.592	4.966.592	
Recuperação Devedores Duvidosos	(1.555.528)	(1.555.528)	
Juros s/Capital a Pagar	4.768.381	3.635.824	
Variações nos ativos e passivos			
Variação Clientes	2.435.092	2.070.477	
Variação Estoques	(768.640)	(13.947.988)	
Variação Impostos a Recuperar	(2.687.259)	7.722.731	
Variação Adiantamentos a Receber	(3.910.187)	(4.727.560)	
Variação Despesas Antecipadas	126.810	(323.591)	
Variação Encargos sobre parcelamentos	-	-	
Variação Depósitos Judiciais	24.708.843	(16.149.600)	
Variação Fornecedores	1.154.895	12.751.201	
Variação Obrigações Sociais e Trabalhistas	211.775	306.075	
Variação Obrigações Tributárias	(25.241.788)	15.845.547	
Variação Outras Obrigações	(3.710.979)	4.105.045	
Variação Dividendos a Pagar	-	(1.365.717)	
Variação Obrigações Tributárias	(101.465)	(646.258)	
Variação Provisões	40.000	-	
Recursos líquidos das atividades operacionais	12.613.302	21.404.359	
Fluxo de Caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e Intangível	(4.193.061)	(8.528.636)	
Investimentos	(6.190.705)	35.856	
Venda do Imobilizado	566.986	-	
Recursos líquidos das atividades de investimento	(9.816.780)	(8.492.780)	
Fluxos de caixa das atividades de Financiamentos			
Empréstimos e Financiamentos	6.049.183	(14.770.310)	
Integralização Capital Social	-	-	
Distribuição de Lucros	-	(7.284)	
Recursos líquidos das atividades de financiamento	6.049.183	(14.777.594)	
Aumento/Redução nas disponibilidades	8.845.705	(1.866.015)	
No início do período	5.248.792	7.114.807	
No final do período	14.094.497	5.248.792	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (em R\$ 1)						
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Reservas de Lucros Fiscais	Reserva de Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício
Saldos em 31 de dezembro de 2023	40.000.000	2.031.205	550.000	38.134.080	11.772.858	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	8.966.667
Transferência para Reserva de Lucros	-	-	-	7.518.382	(7.518.382)	-
Constituição de Reserva Legal	-	375.920	-	(375.920)	-	-
Integraliz. de Capital cfe. Reser. de Incen. Fiscais	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital cfe. Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(7.283)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	40.000.000	2.407.125	550.000	45.269.259	11.772.858	-
Integralização de Capital	60.000.000	-	(50.000)	(47.677.142)	(11.772.858)	8.966.667
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	8.966.667
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	8.966.667
Transferência para Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Integraliz. de Capital cfe. Reser. de Incen. Fiscais	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital cfe. Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(5.357.122)
Dividendos Propostos	-	-	-	(5.357.122)	(7.765.005)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	100.000.000	2.407.125	-	-	-	8.966.667

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (em R\$ 1)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL: A MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 07.752.236/0001-23, com matriz no município de Vera Cruz-RS, na Rua Ernesto Wild, 2460, Bairro Industrial, CEP 96.880-000, que tem por objeto principal o Comércio Atacadista de Medicamentos, possuído ainda as seguintes filiais, sob o nº 07.752.236/0001-23 no estado do Espírito Santo, sob o nº 07.752.236/0008-08 no estado do Paraná, sob o nº 07.752.236/0009-80, no estado de Santa Catarina e sob o nº 07.752.236/0004-76, no estado de São Paulo.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. As estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Companhia e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Companhia visto que as operações estão fluindo dentro normalidade e não existem fatores que atualmente possam afetar significativamente o desempenho futuro da mesma. Trata-se de demonstrações contábeis individuais e encontram-se apresentadas em moeda corrente nacional (Real), tendo sido a moeda funcional, tendo sido aprovadas pela administração em 26 de março de 2026.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração e apresentação das demonstrações contábeis resumem-se em: **3.1. Regime de Escrituração:** Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos e dispêndios e das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **3.2. Reconhecimento da Receita:** Todas as modalidades de vendas praticadas pela Companhia foram reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal, satisfazendo os requisitos exigidos na norma contábil. **3.3. Caixa e Equivalente de Caixa:** Caixa e equivalente a soma de dinheiro disponível, de depósitos bancários e de aplicações financeiras de alta liquidez. **3.4. Créditos:** As duplicatas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias, no curso normal das atividades da Companhia. **3.5. Ajuste a Valor Presente Ativos e Passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **3.6. Estimativa para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa:** A Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em conformidade com os critérios de dedutibilidade fiscal estabelecidos nos artigos 9º a 14 da Lei nº 9.430/1996, que disciplinam o reconhecimento das perdas no recebimento de créditos para fins de apuração do IRPJ e do CSLL. **3.7. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **3.7.1. Classificação, reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento patrimonial; ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda na reversão também é reconhecido no resultado. **3.7.2. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.8. Créditos Tributários:** Os impostos e contribuições recuperáveis são registrados no ativo e sobre os créditos considerados de difícil realização é constituída estimativa de perdas. **3.9. Avaliação dos Estoques:** Os estoques existentes na data do balanço são compostos basicamente de mercadorias de revenda, os quais são mensurados pelo custo médio móvel ponderado, deduzidos os impostos recuperáveis. **3.10. Investimentos:** Os investimentos estão contabilizados pelo custo de aquisição de acordo com a legislação vigente. **3.11. Propriedades para Investimentos:** O critério utilizado para a mensuração das propriedades para investimento é o valor justo, ou, em não havendo condições de avaliar pelo valor justo de forma confiável, é mensurado pelo custo menos a depreciação. Em 2025 a Companhia adquiriu imóvel o qual está sendo reformado

para aluguel, atualmente o saldo contábil é de R\$ 6.181.403 (seis milhões, cento e oitenta e um mil, quatrocentos e três reais). **3.12. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quando aplicável. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear sobre o valor contábil dos bens com base nas taxas admitidas pela Receita Federal do Brasil, não sendo consideradas as estimativas de vida útil e valor residual recuperável, conforme requerido na norma contábil. **3.13. Intangível:** Representado por gastos com Licenças de Uso e marcas e patentes, são reconhecidos pelo custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada de forma linear. **3.14. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.15. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração das sobras e perdas durante o período em que estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **3.16. Provisões e Contingências Passivas:** As provisões são registradas quando da existência de uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cujo desembolso de caixa futuro seja considerado como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.17. Mudanças nas Estimativas:** No exercício corrente não houve nenhuma mudança na contabilização de estimativas que pudesse causar efeito no resultado. **3.18. Circulante e Não Circulante:** A classificação de ativos e passivos entre circulante e não circulante leva em consideração os prazos de vencimento, sendo registrados como não circulantes os valores com vencimentos superiores a 365 dias da data base das demonstrações contábeis.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

Descrição	2025	2024
Caixa	2.153	8.969
Bancos conta Movimento	86.149	1.129.585
Aplicações de Liquidez Imediata	14.006.195	4.110.238
Total	14.094.497	5.248.792

Caixas e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

NOTA 5. SUJEITOS:

Descrição	2025	2024
Clientes Diversos	88.846.312	92.233.494
(-) Devedores Duvidosos	(8.650.695)	(5.239.630)
(-) Ajuste a Valor Presente	(913.806)	(554.055)
Total	79.281.811	86.439.809

Os valores estão demonstrados pelos seus saldos originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias e no caso das despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo, observando o regime de competência.

NOTA 6. ESTOQUES:

Descrição	2025	2024
Estoque em Poder de Terceiros	977.115	978.692
Compra Entrega Futura	8.900	-
Mercadorias para Revenda	83.153.759	87.671.420
Estoques em Trânsito	6.106.747	446.418
Remessas para Troca	(521.755)	(140.040)
Total	89.724.766	88.956.126

NOTA 7. IMPOSTOS A RECUPERAR:

Descrição	2025	2024
PIS a Recuperar	1.838.683	1.436.064
COFINS a Recuperar	9.453.808	8.418.869
IRRF a Compensar	1.659.585	2.005.841
CSLL a Compensar	259.791	259.791
ICMS a Recuperar	4.539.067	2.759.805
ICMS a Recuperar s/Ativo Imobilizado	4.784.410	666.439
ICMS Difal a Recuperar	1.302.067	1.292.907
IRPJ a Recuperar	13.564	-
Total	19.526.975	16.839.716

Saldo de impostos a recuperar decorrentes do modelo operacional da Medilar os quais encontram-se formalizados nos livros fiscais da Companhia.

NOTA 8. ADIANTAMENTOS A RECEBER:

Descrição	2025	2024
Adiantamento a Fornecedores	11.706.233	2.321.552
Crédito com Terceiros	793.459	6.664.943
Devolução de Fornecedores	1.238.802	238.015
Demais Adiantamentos	300.504	104.801
Total	14.038.999	9.228.311

NOTA 9. TÍTULOS PÚBLICOS - PRECATÓRIOS:

Descrição	2025	2024
Precatórios	702.921	702.921
Total	702.921	702.921

A Companhia possui contratos particulares de cessão de créditos, correspondentes a precatórios recebidos de diversos contratos, sem data de liquidação determinada, e para esses créditos e mantida provisão no mesmo valor em conta do passivo.

NOTA 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS:

Descrição	2025	2024
ICMS Difal/Destino Depósito Judicial	25.188.654	49.897.497
Total	25.188.654	49.897.497

A Medilar, com visão estratégica em otimização fiscal, ingressou com mandados de segurança contra todos os Estados da federação, discutindo a exigibilidade do diferencial de alíquota do ICMS ("DIFAL") em operações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte. Nos últimos anos, o tema

passou por diversos desdobramentos relevantes, os quais foram oportunamente refletidos e divulgados nas demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Especificamente em relação ao exercício de 2025, os principais impactos decorreram da recente apreciação da matéria pelo Supremo Tribunal Federal, trazendo novos contornos à análise de risco e à estratégia processual adotada pela Companhia. O tema foi recentemente apreciado (Tema 1.266), que, ao modular os efeitos de sua decisão, resguardou os contribuintes que ingressaram com medidas judiciais de forma tempestiva, afastando a exigência retroativa do tributo e assegurando a manutenção dos efeitos das decisões favoráveis obtidas. Em linha com a reavaliação periódica de risco e estratégia processual, a Companhia promoveu, a partir de 2025, a existência de quase a totalidade das ações, com o consequente reconhecimento de perdas relacionadas aos respectivos depósitos judiciais, cujos efeitos impactaram nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, o saldo remanescente de depósitos judiciais está substancialmente vinculado às ações abrangidas pela modulação dos efeitos, suportadas por avaliação jurídica externa que indica expectativa de êxito.

NOTA 11. IMOBILIZADO:					
Descrição	Taxa Depreciação Anual	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	2025	2024
Terenos	-	2.777.552	-	2.777.552	2.777.552
Edificações	4%	590.195	-	590.195	582.698
Máquinas e Equipamentos	10%	2.636.105	(676.720)	1.959.385	1.817.947
Móveis e Utensílios	10%	3.242.726	(1.746.571)	1.496.155	1.423.144
Veículos	20%	17.593.654	(6.994.980)	10.598	